

O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições¹

Cynthia Granja Prada²

Universidade Federal de São Carlos

Lidia Natalia Dobrianskyj Weber³

Universidade Federal do Paraná

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo analisar, por meio de depoimentos de crianças institucionalizadas em um Abrigo e uma Casa Lar, a organização das famílias no momento do abrigamento e o funcionamento das instituições. Os dados foram coletados através de entrevista individual com as crianças. Os resultados mostraram que os abrigos atuais ainda mantêm as mesmas características prejudiciais ao desenvolvimento infantil apresentadas há 20 anos, ou seja, 100% das crianças que vivem no abrigo tradicional não têm nenhum objeto individual; por outro lado, crianças que vivem na Casa Lar têm preservada sua privacidade, seja em roupas, armários ou brinquedos. A inserção social das crianças que vivem na Casa Lar também é um diferencial, pois 72% destas relatam participar de atividades fora da instituição, o que não foi relatado por nenhuma criança do Abrigo. Desta forma, os dados apontam que o sistema Casa Lar, apesar de necessitar adequações, apresenta-se como uma alternativa ao Abrigo tradicional, contemplando espaços individualizados para as crianças, maior proximidade entre estas e os cuidadores e possibilidade de inserção social.

Palavras-chave: Casa Lar; Abrigo; instituição para crianças; vinculação afetiva.

Introdução

O tema abrigamento ou institucionalização de crianças em situação de risco pessoal ou social foi muito explorado antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Estes estudos mostravam uma uniformidade nas críticas, normalmente direcionadas à inflexibilidade no funcionamento da instituição, resultando em disciplina coercitiva e massificação do atendimento às crianças que viviam no abrigo, quase sem contato com o mundo externo e, desta forma, sem nenhuma convivência com um ambiente próximo ao familiar (Altoé, 1990; Altoé & Rizzini, 1985; Gomide, 1998; Rizzini, 1985; Silva, 1977; Trindade, 1984; Weber & Kossobudzki, 1996).

¹ A pesquisa que originou este artigo teve apoio da CAPES.

² Cynthia Granja Prada, Mestre em Psicologia da Infância e Adolescência/UFPR e Doutoranda em Educação Especial/UFSCar, pesquisa realizada Universidade Federal do Paraná. Endereço: Rua Liberdade, 542 apto 73 Bairro Aparecida, Santos/SP, Cep: 11025-032. Fone: (13) 3231.8884 ou (13) 8127.8696, e-mail: cgprada@ig.com.br

³ Lidia Natalia Dobrianskyj Weber, Professora da graduação e da pós-graduação da UFPR; Doutora em Psicologia Experimental/USP. Endereço: UFPR _ Praça Santos Andrade, 50/ 2º. Andar 80060-000 Curitiba-PR. Fone: (41) 310-2625 e-mail: lidia@ufpr.br

Abrigo é o nome dado a instituições que têm por objetivo acolher e proteger crianças em situação de risco pessoal e/ou social, ou seja, “violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais/responsáveis, ou em razão da própria conduta” (Carvalho, 1993, p.18).

Uma ressalva importante a ser feita é sobre o uso dos termos abrigo, abrigamento, instituição e institucionalização. O termo abrigo é relativamente recente, nasce juntamente com o início das discussões e formulações do ECA (década de 1980). O termo mais comumente utilizado antes deste período era simplesmente “instituição” para crianças abandonadas, carentes, enfim, em situação de risco pessoal ou social. O processo de abrigamento destas crianças era chamado institucionalização. Assim, serão utilizados estes termos dependendo da fase em que foram realizadas as pesquisas base deste estudo.

Os sistemas de abrigamento diferem quanto à modalidade de atendimento. Apresentar-se-á, a seguir, a definição de duas modalidades distintas: Abrigo tradicional e Casa Lar. Abrigos (do tipo tradicional) são instituições para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, onde estas moram e são cuidadas por funcionários, que exercem a função de monitores ou educadores, e são responsáveis por suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina diária das crianças. O espaço físico é comunitário e sua principal característica é o grande número de crianças por cuidador.

A Casa Lar é um sistema de organização de instituições que abrigam crianças em situação de risco pessoal ou social, ou abandono. O objetivo da estrutura de uma casa lar é garantir o direito da criança às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto, através do convívio familiar substituto, denominado família social. A família social é composta, geralmente, por um casal social, ou apenas uma “mãe social”, que passa a morar na casa, com as crianças abrigadas e caracteriza-se por ter, no máximo, 10 crianças em cada casa.

O ponto fundamental que distingue a Casa Lar do Abrigo é a sua organização que visa reproduzir um ambiente familiar, buscando um maior contato afetivo, com figuras de afeto constantes, bem como um menor número de crianças por cuidado na Casa Lar.

Outra questão diz respeito ao funcionamento dos abrigos para crianças em risco pessoal ou social, analisado sob três prismas: a disciplina, a massificação *versus* a individualidade e o sistema de visitas nestes abrigos.

A disciplina exercida nos abrigos, como mostram as pesquisas de Trindade (1984), Altoé e Rizzini (1985) e Altoé (1990), é do tipo coercitiva (Sidman, 1995), ou seja, aquela exercida através de ameaças ou jugo, através de castigos severos e até mesmo de punição física. O comportamento de submissão total às regras é entendido como “boa disciplina”, e deve ser estimulado para que a estrutura da instituição possa ser mantida. Criatividade e expressão de si são motivos de repreensão, pois ameaçam a ordem estabelecida, instituída verticalmente e, portanto, imutável (Altoé, 1990; Foucault, 1977; Weber & Kossobudzki, 1996).

A massificação é outra característica da instituição-abrigo, que acompanha a disciplina coercitiva no cotidiano destas instituições. A massificação é exercida, até mesmo, através de objetos pessoais, os quais são praticamente proibidos de existirem na instituição, sob o pretexto de que todas as crianças devem ser igualmente tratadas. Desta forma, roupas e objetos devem ser de uso coletivo, nunca individual, ou seja, atendimento padronizado (Altoé, 1985; Altoé, 1990; Carvalho, 1993; Rizzini, 1985; Weber e Kossobudzki, 1996).

Outro referencial extremamente debatido no campo da institucionalização de crianças é o contato com as pessoas que vivem fora do abrigo, as visitas. O afastamento das famílias ao

longo dos anos parece ser comum nos abrigos, conforme demonstrado em várias pesquisas (Altoé, 1985; Altoé, 1990; Trindade, 1984; Weber & Gagno, 1995A; Weber & Kossobudzki, 1996; Weber, 2000; Weber, 2003). Rizzini (1985) aponta, a partir dos dados obtidos em uma pesquisa realizada em três internatos do Rio de Janeiro, com 363 crianças, que 42% delas não eram visitadas por ninguém da família; no entanto, 80% delas tinham pais.

Outro ponto a ser ressaltado quanto às visitas da família à criança é a interferência das regras da instituição neste ponto. Normalmente a instituição determina em que dia e horário, inclusive por quanto tempo, a família poderá visitar a criança (Rizzini & Altoé, 1985).

De modo geral, as pesquisas realizadas até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e mesmo as publicadas após esta data, apontavam descaso quanto à promoção de individualidade; pouco contato com a comunidade extra-institucional; inexistente resgate da relação familiar; disciplina extremamente rígida e coercitiva; relações afetivas escassas, enfim, fatores extremamente prejudiciais ao desenvolvimento infantil, seja físico, emocional ou social.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi descrever o contexto de abrigamento de crianças em uma instituição tradicional (nos moldes das descritas pelas pesquisas apresentadas, como de Altoé, 1990) e em outra do tipo Casa Lar, modelo proposto após a promulgação do ECA (1990), e analisar as mudanças ocorridas e o que perdurou ao longo dos anos em relação à descrição de pesquisas anteriores.

Material e Método

Participantes - os participantes desta pesquisa foram 30 crianças, de ambos os sexos, que estão sob a guarda de dois abrigos não-governamentais da cidade de Curitiba. Destas trinta crianças, 18 (dezoito) estavam abrigadas numa instituição do tipo Casa Lar e as outras 12 (doze) num Abrigo convencional.

Instrumento e Materiais: as crianças foram entrevistadas a partir de seis roteiros previamente elaborados para esta pesquisa, com os seguintes tópicos: 1) investigação sobre regras e limites na instituição; 2) individualidade; 3) dia de visita; 4) atividades extra-institucionais. Outro instrumento utilizado foi a dinâmica sobre as redes de relações interpessoais de cada criança. Ainda foram utilizados alguns materiais de apoio, como: gravador e fitas cassetes; folhas de papel e lápis para desenhar.

Procedimento: inicialmente foi realizada a seleção das instituições de acordo com o número de crianças que correspondiam às características previstas e solicitada permissão para a realização da pesquisa. Após a seleção, foram agendados horários individuais para cada criança e iniciada entrevista de coleta de dados, a qual teve duração média de 40 minutos com cada criança. A seguir será apresentado o roteiro de entrevista com a criança:

2. Dados sobre a situação de abrigamento

2.1 Investigação da noção de limites e de a possibilidade da criança estar submetida à disciplina rígida. A coleta destes dados foi feita através da seguinte história: “um dia o Pedro (ou Lila caso a criança fosse do sexo feminino) estava na escola e fez alguma coisa de errado, e por isso foi parar na diretoria. Chegando lá levou uma bronca e a diretora mandou um

bilhete para casa contando o que ele tinha feito. Sua mãe (ou tia, ou tio, ou monitor, ou o nome – isto foi adequado de acordo com o modo como a criança se referia à pessoa que cuidava dela a maior parte do tempo) ficou brava e colocou o Pedro de castigo”.

Em seguida foi investigado o que a criança achou da história e sua relação com a mesma através do roteiro específico para este tópico, apresentado a seguir:

- O que você acha que o Pedro fez de errado na escola?
- O que a tia achou disto?
- O que ela fez com Pedro?
- O que a sua mãe (tia, tio da instituição) faria se você tivesse feito o mesmo que Pedro?
- Você acha certo ou errado o que a sua mãe (tia ou tio da instituição) faria?
- Como você acha que seria melhor fazer com as crianças que fazem coisas erradas?
- Diga coisas certas e coisas erradas que uma criança faz.

2.2 Perguntas sobre individualidade, com o objetivo de investigar o quanto a instituição preservava a individualidade de cada criança. A seguir será apresentado o roteiro deste tópico:

- Quando você veio para a (nome da instituição) você trouxe alguma coisa do lugar de onde você veio?
- O que? Você usa ou brinca com o que você trouxe?
- Você tem roupas que são só suas?
- Você vai sozinho ao banheiro fazer xixi? Você vai sempre que tem vontade?
- Você dorme sempre na mesma cama?
- Você dorme em que horário? E se ficar com sono antes? E se não estiver com sono?
- Você entra no seu quarto a hora que você quer? Por quê?

2.3 O tópico “dia de visita” foi pesquisado utilizando a seguinte estória “Lembra do Pedro (ou da Lila)? Eu havia dito a você que ele mora num abrigo como você. Certo dia era o dia de receber visitas, e por isso o Pedro foi tomar banho e se arrumar para esperar as pessoas chegarem...” Na sequência foram feitas as perguntas do roteiro deste tópico, com o objetivo de estimular a identificação da criança com o personagem da história (adequado em termos de nome de acordo com o sexo da criança), para que pudesse fluir melhor o conteúdo programado no roteiro sobre as visitas que a criança recebia e fazia, bem como, o controle exercido pela instituição. A seguir será apresentado o roteiro de perguntas deste tópico:

- Como o Pedro está?
- Está triste ou feliz?
- Será que ele vai receber visitas?
- Será que chegou alguém?
- Quem?
- Ele vem sempre?

- Não veio ninguém?
- Nunca veio?
- O que é legal quando chega visita?
- O que é ruim?
- E você recebe visita?
- Quem?
- Quantas vezes?
- Você sai para visitar alguém?
- Quem? Sempre?
- Quantas vezes?

2.4 Foram investigadas as atividades exercidas fora da instituição, com as seguintes perguntas:

- Você vai a algum lugar fora da (nome da instituição)?
- Onde?
- Quando?
- Com quem?
- Você gosta?
- O que mais você gostaria de fazer?
- Por quê?

Todos os procedimentos de coleta de dados foram gravados em fitas cassetes, com o consentimento da criança, e depois transcritos, formando um arquivo pessoal de cada criança participante.

Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa foram analisados por meio do relato das crianças apresentado nas questões abertas, segundo Bardin (1977), por categorias de respostas.

Os dados aqui apresentados são apenas uma representação do total do estudo, sendo que foram selecionados os mais expressivos, não coincidindo por completo com o roteiro de entrevista apresentado nos procedimentos. A totalidade dos dados encontra-se na dissertação de mestrado (Prada, 2002).

O Abrigo – uma radiografia pela criança

Disciplina

Tabela 1 – Comportamentos disciplinares aplicados pelos dirigentes do Abrigo e da Casa Lar

Subtemas	Categoria	Total (Casa Lar +	Casa Lar	Abrigo
Atitude do responsável (na instituição) frente aos comportamentos inadequados da criança	Castigo	54%	73%	34%
	Punição Física	31%	5%	58%
	Conversa	06%	12%	0
	Outros	9%	10%	8%
	Total	100%	100%	100%
Tipo de castigos utilizados na instituição	Reclusão	43%	40%	46%
	Físico	28%	32%	23%
	Retirada de atividade prazerosa	11%	23%	0
	Submeter a tarefas domésticas	11%	0%	23%
	Outros	7%	5%	8%
	Total	100%	100%	100%
Atitude do responsável (na instituição) consideradas certas frente aos comportamentos inadequados da criança	Deixar de castigo	53%	72%	34%
	Conversar	34%	11%	58%
	Outros	13%	17%	8%
	Total	100%	100%	100%
Atitude do responsável (na instituição) consideradas erradas frente aos comportamentos inadequados	Bater	71%	50%	92%
	Castigo de joelho	9%	17%	0%
	Sem resposta	20%	33%	8%
	Total	100%	100%	100%

Foram investigadas as atitudes do responsável pelas crianças na instituição – “tia” ou monitor - frente às atitudes, consideradas erradas, da criança, encontrando-se diversos mecanismos rígidos de controle coercitivo existentes na instituição. Neste ponto houve uma diferença entre os dois abrigos, como mostra a Tabela 1: o relato das crianças mostrou que os funcionários da Casa Lar utilizam o castigo (73%), enquanto que no Abrigo, a punição física era mais utilizada (58%).

Na Tabela 1 também pode-se visualizar as formas de castigos utilizadas pelos cuidadores frente aos comportamentos inadequados das crianças. Tanto na Casa Lar como no Abrigo, estes se dividiam entre “reclusão” (Casa Lar com 40% e Abrigo com 46%) e “castigo físico”⁴ (Casa Lar com 32% e Abrigo com 23%). Na Casa Lar, a terceira opção foi a retirada de atividade prazerosa (23%), enquanto o Abrigo não apresentou nenhuma resposta desta categoria, mas houve 23% de respostas na categoria “tarefas domésticas” como castigo.

Por fim, as crianças classificaram como certas ou erradas as atitudes dos responsáveis (“tia” ou monitor) em relação aos seus comportamentos. Como certas, as crianças da Casa Lar apontaram deixar de castigo (72%); e as do Abrigo, conversar (58%); e como erradas, as crianças da Casa Lar apontaram bater (50%) e deixar de castigo de joelhos (17%); e do Abrigo apontaram bater (92%) como categoria unânime.

As práticas disciplinares destacadas pelas crianças de ambas as instituições são exercidas através de controle coercitivo, como castigos e retiradas de atividades prazerosas. Entretanto, a diferença entre os dois abrigos está na prática constante da punição física no

⁴ O castigo físico, aqui, está diferenciado do ato de bater na criança; seja palmada ou espancamento, são castigos que submetem o corpo a algo desprazeroso como ajoelhar-se no milho ou ficar em pé por muito tempo.

Abrigo, inclusive se sobressaindo às outras práticas disciplinares; o que não foi relatado pelas crianças da Casa Lar.

As crianças do Abrigo explicitaram de forma incisiva a violência contida na rotina disciplinar da instituição, tal como relata um menino de 11 anos: “Sempre que a gente faz alguma coisa errada a gente apanha, no banheiro, quando vai tomar banho”. O que você sente quando isto acontece? “Dor, né tia?”. Quanto ao tipo de castigo mais comum a eles dirigido, pelos monitores ou mãe sociais, quando apresentam algum comportamento inadequado, as crianças apontam: “O castigo que a gente leva é ficar sem assistir a novela, que a gente gosta tanto” (Menina, 10 anos, Casa Lar); ou ainda: “Um dia eu contei uma piada para o meu amigo na hora do almoço, e o meu castigo foi limpar todo o refeitório sozinho: louça, chão e tudo” (Menino, 9 anos, Abrigo).

Atividades extra-institucionais

Tabela 2: Atividades extra-institucionais realizadas pelas crianças e adolescentes do Abrigo e da Casa Lar

Subtemas	Casa Lar	Abrigo
Atividade educativa fora da instituição	44%	0%
Atividade artística fora da instituição	28%	0%
Não fazem nenhuma atividade extra	28%	100%
Total	100%	100%

Outra diferença entre a Casa Lar e o Abrigo é o incentivo às atividades fora da instituição, como: cursos de dança ou teatro, esportes e frequentar bibliotecas. Na Casa Lar estas atividades são comuns, sendo que 72% das crianças relataram que participam de atividades fora da instituição, e as que não participam, foi por indisponibilidade de vagas, ou de horário em suas agendas. Por outro lado, nenhuma criança do Abrigo tem alguma atividade extra, e quando tem algo diferente da rotina do Abrigo ou da escola, normalmente acontece na própria instituição. O fato a ser destacado neste ponto é que a prática de trazer todas as atividades para dentro da instituição mina por completo o contato e a inserção da criança na comunidade e a preparação dela para sua autonomia e desligamento futuro da instituição.

Individualidade

Tabela 3 - Preservação de objetos individuais de crianças e adolescentes do Abrigo e da Casa Lar

Subtemas	Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Objetos pessoais trazidos de casa	sim	75%	84%	66%
	não	25%	16%	34%
	total	100%	100%	100%
Permanência do objeto trazido de casa	Ainda tem e usa	63%	100%	25%
	Nunca o teve acessível	37%	0%	75%
	Total	100%	100%	100%
Objetos individuais no abrigo - cama	sim	100%	100%	100%
	não	0	0	0
	Total	100%	100%	100%
Objetos individuais no abrigo - brinquedos	Sim	54%	100%	8%
	Não	46%	0%	92%
	Total	100%	100%	100%
Objetos individuais no abrigo - roupas	Sim	50%	100%	0%
	Não	50%	0%	100%
	Total	100%	100%	100%

Os dados deste subtema, demonstrados na tabela 3, mostram uma clara diferença entre as duas instituições. A Casa Lar tem o respeito à individualidade da criança preservado, pois 100% das crianças da Casa Lar que relataram terem trazido objetos pessoais de casa, tiveram-nos conservados junto de si. Em contrapartida, somente 25% das crianças do Abrigo ainda possuem tais objetos. Outro ponto importante diz respeito aos objetos individuais na instituição: 100% das crianças da Casa Lar relataram ter cama, roupa e brinquedos individuais, enquanto nenhuma criança do Abrigo tem roupa individual, apenas 8% tem brinquedos, no entanto, 100% tem cama própria.

Os exemplos dos depoimentos das crianças relatam exatamente esta diferenciação entre os dois modelos institucionais: “Eu tenho uma parte do armário só pra mim, tenho até roupa novinha, só minha” (Menina, 10 anos, Casa Lar); ou ainda: “A gente não tem roupa aqui, tem um armariozão lá na rouparia e quando a gente vai tomar banho a tia pega a roupa que serve na gente e a gente veste” (Menino, 9 anos, Abrigo). Preservar a individualidade de qualquer ser humano é imprescindível para que ele se reconheça enquanto uma pessoa única entre milhares de outras. O desenvolvimento da percepção de si de uma criança só acontece se ela puder fazer escolhas, por menores que forem, vivenciar múltiplas experiências, testar suas habilidades, descobrir suas preferências, ou seja, viver com um certo nível de autonomia.

Visitas

Tabela 4 - Recebimento de visitas no abrigo e na Casa Lar

	Total (Casa Lar +	Casa Lar	Abrigo
Mãe - uma vez	5%	11%	0
Mãe - às vezes	17%	17%	17%
Mãe - sempre	14%	27%	0
Mãe - nunca	64%	45%	83%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Pai - uma vez	4%	0	8%
Pai - às vezes	21%	17%	25%
Pai - sempre	0	0	0
Pai - nunca	75%	83%	67%
Total	100%	100%	100%
Pessoas desconhecidas - uma vez	0	0	0
Pessoas desconhecidas - às vezes	50%	0	100%
Pessoas desconhecidas - sempre	0	0	0
Pessoas desconhecidas - nunca	50%	100%	0
Total	100%	100%	100%

Na Tabela 4 pode-se observar os dados em relação às visitas recebidas pela criança. Quanto às visitas maternas, 27% das crianças da Casa Lar e nenhuma do Abrigo vêm suas mães com frequência, ou seja, semanalmente ou quinzenalmente. Quanto às outras crianças da Casa Lar, 17% vêm a mãe às vezes (mensalmente ou a cada dois meses), 11% viram a mãe apenas uma vez desde o abrigamento, e 45% nunca mais viram sua mãe. Do Abrigo, 17% vêm a mãe às vezes (mensalmente ou a cada dois meses) e 83% nunca mais viram a sua mãe.

Quanto às visitas paternas, nota-se que as crianças da Casa Lar vêm o pai raras vezes, sendo que apenas 17% os vêm às vezes e 83% nunca mais os viram. As crianças do Abrigo também mantêm contatos muito escassos com seus pais, sendo que 8% os viram apenas uma vez, 25% os vêm às vezes e 67% nunca mais os viram.

Quanto às visitas de pessoas desconhecidas: das crianças da Casa Lar, 100% nunca receberam visitas de pessoas desconhecidas para levá-las para passear ou passar um período com elas. Por outro lado, das crianças do Abrigo, 100% já receberam visitas de pessoas desconhecidas.

As visitas também são diferenciadas nos dois modelos de instituição-abrigo, não apenas pelas regras, mas principalmente pela visita de pessoas desconhecidas pela criança, no sentido de exercício de benevolência (Altoé, 1990). Isto ocorre apenas no Abrigo. Como relatam as crianças: “Às vezes vem o tio aqui, levar eu e o meu irmão pra passar o fim de semana na casa dele. É legal, tem brinquedo e quarto só pra gente, mas eu fico triste porque tenho que voltar, eles não querem ficar com a gente” (Menino, 8 anos, Abrigo).

Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo analisar, por meio do discurso de crianças, a organização das famílias no momento do abrigamento, descrever a situação de abrigamento destas crianças, relacionar o grau de vinculação afetiva com a rede de relações interpessoais da criança e verificar se há diferenças entre o funcionamento da Casa Lar e do Abrigo. Para tanto, a metodologia utilizada mostrou-se adequada aos objetivos, principalmente por seu caráter lúdico, ou seja, o uso de estímulos próprios do universo da criança como histórias com personagens que vivem a mesma realidade que elas ou desenhos. Os roteiros de entrevista serviram de guia auxiliar para que pudessem ser complementadas as informações que não surgissem no discurso livre da criança; no entanto, a qualidade dos dados obtidos e a riqueza de detalhes dos mesmos, proporcionadas pela fluidez da fala da criança, foram o diferencial metodológico desta pesquisa.

Os resultados mostraram que após 12 (doze) anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), os abrigos, de um modo geral, conservaram características anteriores ao ECA, apesar de os estudos terem enfatizado intensamente (Altoé, 1990; Rizzini, 1985; Trindade, 1984; Weber & Gagno, 1995; Weber, 2000; Weber, 2002) o quanto o funcionamento de uma instituição, com uso intenso de controle disciplinar coercitivo e massificação das crianças e adolescentes, é extremamente danoso ao desenvolvimento emocional infantil.

A importância do sistema Casa Lar está, primordialmente, na proposta de acolhimento da criança em um ambiente o mais próximo possível do de uma família, priorizando os vínculos afetivos e a individualidade de cada criança, que deve ser respeitada em suas necessidades particulares. Esta premissa foi endossada pelos dados encontrados neste estudo, visto que as crianças indicam, em maior número, na zona secundária de afetividade positiva, as pessoas da instituição, principalmente os adultos mais próximos, mostrando que o sistema Casa Lar cumpre com um de seus objetivos que é o estabelecimento de vínculos afetivos estáveis.

Os dados desta pesquisa confirmaram os das pesquisas anteriores (Altoé, 1990; Rizzini, 1985; Trindade, 1984; Weber & Gagno, 1995; Weber & Kossobudzki, 1996) que denunciavam a falência do modelo institucional tradicional. No entanto, diante da impossibilidade de extinção imediata e total dos abrigos, nasce a necessidade emergencial de reformulação deste modelo. O sistema Casa Lar é um passo além no processo de reorganização do modelo institucional tradicional.

Enfim, os resultados desta pesquisa trouxeram dados importantes para analisar as características dos dois modelos institucionais e alguns reflexos que estas têm sobre o cotidiano das crianças. Este estudo levanta algumas hipóteses, mas não é conclusivo, ou seja, não determina nenhum padrão de generalização.

Por ser a característica de toda pesquisa um recorte de uma realidade, ao término de todo trabalho é fundamental que sejam apontadas sugestões de continuidade ou outros caminhos a serem seguidos dentro do tema central. Assim, os dados desta pesquisa mostraram que seriam interessantes estudos que escutassem a família da criança abrigada, para que o contexto em que estão inseridas fosse analisado a partir do relato de quem o vive.

Outras possibilidades podem ser sugeridas, tais como: análise da proposta formal da instituição (seu estatuto), confrontando-o com observações do que acontece de fato na realidade diária; análise das práticas educativas dos pais sociais junto às crianças; avaliação do perfil dos casais sociais e das crianças sob sua responsabilidade, a fim de traçar um modelo de seleção para contratação de outros casais sociais; elaboração, implementação e avaliação

de programas de treinamento para pais sociais; análise de perspectiva de vida e avaliação da instituição, feita por adolescentes que estão prestes a sair dali devido à idade.

Enfim, o campo de estudos sobre instituições para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social é extremamente fértil de possibilidades, mas, atualmente, parece que a prioridade está em propostas e avaliações de novos modelos que contemplem a promoção de um desenvolvimento infantil mais saudável, ou seja, que tenham suas propostas voltadas para as necessidades reais da criança: alimentação, saúde, educação e, principalmente, afeto e reconhecimento como um ser humano capaz e integrado a uma sociedade; jamais repetir o processo de exclusão e massificação da criança, que é apenas vítima de uma situação, e não deve, em hipótese alguma, ser penalizada e marginalizada.

Prada, C. G., & Weber, L. N. D. (2006). The foster care: an account analysis of domestic violence children victims who live in institutions. *Revista de Psicologia da UNESP*, 5(1), 1-12.

Abstract: *The purpose of this study was to analyze, using the accounts of children in care in an Institutional Home and in a Home Unit, the organization of their families at the time of their admission and the functioning of the institutions. The results show that current day institutional homes still maintain the same characteristics prejudicial to child development existing 20 years ago, in other words, 100% of the children who live in the traditional institution have no personal objects; on the other hand, children who live in the Home Unit have their privacy preserved, whether in the form of clothing, cupboards or toys. The social insertion of the children who live in the Home Unit is also a differential, since 72% of them reported taking part in activities outside of the Home, whilst none of the children from the Institutional Home reported this. As such, the data indicates that the Home Unit system, despite requiring adjustments, shows itself to be an alternative to the traditional Institutional Home, contemplating individualized spaces for the children, greater proximity between them and the carers and the possibility of social insertion.*

Keywords: *Foster care; Institutional Home; children's institution; affective bonding.*

Referências

- Altoé, S. (1990). *Infâncias Perdidas*. Rio de Janeiro: Xenon.
- Altoé, S., & Rizzini, I. (1985). Sobre as relações afetivas nos internatos para menores. In I. Rizzini, *O menor em debate*. Rio de Janeiro: Espaço – Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula, 111-125.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, 13/07/1990.
- Carvalho, M.C.B. (1993). *Trabalhando Abrigos*. São Paulo: IEE – PUC/SP.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Gomide, P.I.C. (1998). *Menor Infrator: a caminho de um novo tempo*. Curitiba: Juruá.
- PRADA, C.G. (2002). *A Família, o Abrigo e o Futuro: análise de relatos de crianças que vivem em instituições*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná.
- Rizzini, I. A internação de crianças em estabelecimentos de menores: alternativa ou incentivo ao abandono In: I. Rizzini, *O menor em debate*. Rio de Janeiro: Espaço – Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula.
- Rutter, M. (1972). *Maternal deprivation reassessed*. London: Penguin Books.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editorial Psy.
- Silva, R. S. G. (1977). *Institucionalização e Desenvolvimento Psicológico da Criança*. Dissertação de mestrado não publicada, IP/USP, São Paulo.
- Trindade, Z. A. (1984). *A realidade de meninos institucionalizados*. Dissertação de Mestrado não publicada, IP/USP, São Paulo.
- Weber, L. N. D. & GAGNO, A. (1995). O que sentem as crianças institucionalizadas em relação a seus pais biológicos e ao futuro? In Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Resumos de Comunicações Científicas da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia* (p. 179). Ribeirão Preto: SBP.
- Weber, L.N.D. (2000). Os filhos de ninguém. *Conjuntura Social*, 2, 31-36.
- Weber, L. N. D. (2002). Goodbye children: the social injustice of carelessness and violence against children in Brazil [Resumo]. *International Journal of Psychology*, 35, 163.
- Weber, L.N.D. (2003). *Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. N. D. & Kossobudzki, L .H. M. (1996). *Filhos da Solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.